

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.490 - RJ (2019/0006291-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : LAUDELINA DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO : RENATO CAMATA PEREIRA - ES017056

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. APRECIÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO SEGURADO. CABIMENTO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do TRF- 2ª, que negou seguimento ao seu recurso especial, em razão da aplicação da inteligência da Súmula 7/STJ.

Em sua minuta de agravo, sustenta o agravante que a análise da demanda não ensejaria o reexame do conjunto fático probatório dos autos.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo em recurso especial transcorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. CIRCUNSTÂNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE DEMONSTRAM A IMPOSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PARA ATIVIDADE QUE GARANTA A SUBSISTÊNCIA DA SEGURADA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. INEXISTÊNCIA DE ISENÇÃO HONORÁRIOS DE ADVOGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 111 DO STJ. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL MÍNIMO, QUANDO DA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Verifica-se que a autora esteve em gozo de auxílio-doença previdenciário de 02/10/2014 até 09/11/2015, restando incontroverso tanto a sua qualidade de segurada, quanto o cumprimento da carência exigida para aposentadoria por invalidez.

2. A questão a ser examinada nestes autos restringe-se à capacidade ou incapacidade laborativa do autor.

3. O laudo elaborado pelo perito do Juízo em 03/08/2016, revela que a segurada apresenta doenças degenerativas próprias da idade e encontra-se incapacitada temporariamente em razão de facectomia (cirurgia de catarata) realizada em 12/05/2016.

4. Em que pese o laudo pericial ter concluído pela incapacidade temporária da autora, é firme o entendimento junto ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o magistrado pode considerar outros aspectos relevantes, tais como, a condição socioeconômica, profissional e

cultural do segurado, para a concessão da aposentadoria por invalidez.

5. Compulsando os autos, verifica-se que a autora padece de inúmeras limitações físicas, tais como tendinite no ombro direito e lombalgia crônica, que a impede de exercer qualquer atividade de médio esforço, conforme relata o perito na resposta ao quesito nº 4

6. Ressalte-se, ainda, que não há notícia nos autos de que o INSS tenha promovido a reabilitação profissional da autora, apesar de ela ter gozado, por diversas vezes, do auxílio-doença.

7. À luz do princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado do juiz, que emana do art. 371 do NCPC, considerando a idade da autora (69 anos), o seu baixo grau de escolaridade, as suas limitações físicas e a remota possibilidade de sua reabilitação profissional, comungo do mesmo entendimento posto na sentença, no sentido de que a autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por invalidez.

8. O INSS não goza de isenção de custas na forma da Lei 9.974/2013, que revogou a Lei 9.900/2012, no que diz respeito à cobrança de taxa e custas judiciais no Estado do Espírito Santo.

9. Como se trata de sentença ilíquida, os honorários devem ser fixados, na fase de liquidação, no mínimo legal, na forma do art. 85, § 3º, do CPC/2015, observada a Súmula 111 do STJ.

10. No que se refere aos honorários recursais, a orientação do STJ em seu Enunciado Administrativo nº 7 é de que: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do novo CPC".

Assim, os honorários recursais apenas devem ser aplicados nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir da vigência do novo CPC.

11. Apelação desprovida. Majorado em 1% o valor dos honorários fixados na origem a título de honorários recursais.

Em suas razões de recurso especial, o INSS alega ofensa ao artigo 42 da Lei 8.213/1991, afirmando que o laudo pericial constatou ausência de incapacidade para o trabalho, o que impede a concessão do benefício pleiteado.

O prazo para contrarrazões ao recurso especial transcorreu *in albis*.

Noticiam os autos que Laudelina Silva Vieira ajuizou ação previdenciária, objetivando a conversão de benefício por incapacidade.

A sentença julgou o pedido procedente.

O INSS apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório, decidido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "*aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A controvérsia gira em torno do preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez.

Cumprido registrar que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o juiz não está adstrito às provas periciais produzidas, devendo analisar, também, fatores

culturais e socioeconômicos do segurado para decidir acerca da concessão o benefício.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE LABORAL. AFERIÇÃO POR CRITÉRIOS SOCIAIS E CULTURAIS. POSSIBILIDADE. NÃO VINCULAÇÃO AO LAUDO PERICIAL.

1. Esta Corte tem entendimento no sentido de que, para a concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está vinculado à prova pericial e pode concluir pela incapacidade laboral levando em conta os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 103.056/MG, Primeira Turma, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJe 2/8/2013)

PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO EMBASADO EM OUTROS ELEMENTOS ALÉM DO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE.

1. A concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho. Precedentes.

2. O Tribunal a quo entendeu existir comprovação de que a ora agravada ficou incapacitada de maneira permanente e definitiva para exercer suas atividades laborativas, nada obstante o laudo pericial ter concluído pela incapacidade apenas parcial. Inteligência da Súmula 83/STJ.

3. A revisão das premissas fáticas de julgamento esbarra na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 318.761/PR, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe 5/6/2013)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO VINCULAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. OUTROS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. INCAPACIDADE DEFINITIVA. CUMPRIMENTO DE REQUISITO LEGAL. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o magistrado não está adstrito ao laudo, devendo considerar também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não, de retorno ao trabalho, ou de sua inserção no mercado de trabalho, mesmo porque a invalidez laborativa não é meramente o resultado de uma disfunção orgânica, mas uma somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo.

2. Havendo a Corte regional concluído pela presença das condições necessárias à concessão do benefício, com base em outros elementos constantes dos autos, suficientes à formação de sua convicção, modificar tal entendimento, importaria em desafiar a orientação fixada pela Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 81.329/PR, Quinta Turma, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe 1º/3/2012)

Destarte, o Tribunal *a quo* decidiu em sintonia com a orientação do STJ, ao entender que a agravada faz jus à aposentadoria por invalidez, tendo em vista as suas condições socioeconômicas, conforme se observa do seguinte trecho dos autos, *in verbis*:

Compulsando os autos, verifica-se que a autora padece de inúmeras limitações físicas, tais como tendinite no ombro direito e lombalgia crônica, que a impede de exercer qualquer atividade de médio esforço, conforme relata o perito na resposta ao quesito nº 4 (fls. 69/70).

Não obstante, consta nos autos exames e laudos médicos que atestam que além da tendinite no ombro e a dor crônica lombar, a autora sente dor à apalpação devido a tratamento cirúrgico de lesão do manguito e possui limitação de movimento (fls. 26/34)

Ressalte-se, ainda, que não há notícia nos autos de que o INSS tenha promovido a reabilitação profissional da autora, apesar de ela ter gozado, por diversas vezes, do auxílio-doença.

Assim, à luz do princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado do juiz, que emana do art. 371 do NCPC, considerando a idade da autora (69 anos), o seu baixo grau de escolaridade, as suas limitações físicas e a remota possibilidade de sua reabilitação profissional, comungo do mesmo entendimento posto na sentença, no sentido de que a autora faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por invalidez.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. E, quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao artigo 85 do CPC/2015 e Enunciado Administrativo 7/STJ, fixo os honorários de advogado no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator